



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1247

DA 'VELHA' À 'NOVA' ITUETA: MEMÓRIAS DE UMA REALOCAÇÃO COMPULSÓRIA

Thiago Martins Santos
(UNIVALE)
Sueli Siqueira
(UNIVALE)

Resumo: Itueta, cidade localizada no leste mineiro, surgiu nas primeiras décadas do século XX, com a ocupação das matas por descendentes de italianos e germânicos, provenientes do Espírito Santo, e por desbravadores oriundos da Zona da Mata Mineira, interessados em desenvolver atividades agropecuárias e extrativistas. A emancipação política ocorreu em 1948. Em fins dos anos 1990, iniciaram os contatos para a realocação da cidade, em função da construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés, pelo Consórcio Vale-Cemig, processo finalizado em 2005, com o assentamento da população na 'nova' Itueta e a demolição da Itueta 'velha'. Nesse cenário, procuramos compreender as representações e significados dessa realocação, por meio da análise dos relatos memorialísticos de um grupo de moradores envolvidos no processo. Os resultados mostram que a formação histórica de Itueta contempla a ocupação de um espaço e sua configuração em território; perpassa uma longa trajetória de articulação e, posterior, desarticulação, em função da construção da usina, que provocou a realocação compulsória da cidade. É possível concluir que a realocação pôs fim ao território físico, já que a antiga cidade não existe mais. No entanto, para os moradores, essa destruição é apenas material, uma vez que a 'velha' Itueta continua existindo como território simbólico em suas memórias. O deslocamento compulsório e a destruição da cidade antiga não apagaram os significados e representações desse território para aqueles que lá viveram.

Palavras-chave: Território; Memórias; Realocação.

Financiamento: FAPEMIG

Introdução

A realocação compulsória de comunidades urbanas, em função da construção de barragens e usinas hidrelétricas, é um fato constante no Brasil, tendo em vista a demanda por energia elétrica. Essa intervenção afeta

não só os aspectos relacionados ao espaço físico, mas também os aspectos sociais, culturais e psicológicos dos sujeitos envolvidos.

O desaparecimento de um território¹, da planta baixa de uma cidade com suas ruas, construções, praças e jardins não o elimina das memórias daqueles que o construíram e tiveram suas vidas marcadas e remarcadas por esse/nesse espaço vivido. O caso de Itueta é um exemplo disso. A cidade situada no leste de Minas Gerais, com 949 habitantes e 265 casas, foi totalmente realocada², em função da construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés (UHE Aimorés), pelo Consórcio das empresas Vale e Cemig. A ‘velha’ Itueta foi demolida e a população deslocada compulsoriamente para a ‘nova’ Itueta. Esse movimento não significou simplesmente construir outra cidade e transferir seus moradores. Todo o processo de destruição do espaço vivido e de realocação em um novo espaço está permeado por representações e significados para os moradores.

Neste trabalho buscamos compreender as representações e significados da realocação de Itueta, por meio da análise dos relatos memorialísticos de um grupo de moradores que atuaram nesse processo³.

1 Formação histórica de Itueta (1926-2005)

A origem da cidade de Itueta está relacionada aos deslocamentos populacionais de italianos e germânicos para o Brasil, em busca de melhores condições de vida e trabalho, ocorridos entre o final do século XIX e o início do século XX⁴. Dentre os fatores de expulsão da Europa podem-se admitir a

¹ Estamos considerando o território na perspectiva da geografia cultural. Para os autores que se vinculam a essa vertente, território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre as pessoas e os lugares são permeadas pelos sentimentos, simbolismos e poder. O território é o espaço ocupado e apropriado, construído e construtor de identidades (BONNEMAISON, 2002; HAESBAERT & LIMONAD, 2007).

² Informações do Observatório Sócio-Ambiental de Barragens (ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2015).

³ São utilizados os relatos coletados para a dissertação “Itueta: da articulação à desarticulação de um território (1926-2005)”, apresentada em 2013, no Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território, da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).

⁴ Esses movimentos são descritos por Trento (1989), Bassanezi (1995) e França (2009). A última autora destaca que o governo brasileiro incentivou a vinda dos imigrantes visando o povoamento do País, a formação de um fenótipo brasileiro branco e a integração cultural. Os

turbulência social decorrente dos movimentos operários e das guerras de unificação, crises agrícolas de abastecimento e escassez de terra para plantio. Todos esses problemas motivaram a migração no interior dos próprios países, ocorrendo, primeiro, do campo para a cidade e, depois, da cidade para o Brasil. Desembarcando no Porto de Vitória, Espírito Santo, os imigrantes tiveram as terras capixabas como o local de destino, porém, após a I Guerra, seus descendentes foram direcionados para uma área de matas no leste de Minas Gerais, localizada próximo da divisa entre esses dois estados, visando sua ocupação e povoamento.

Nas novas terras, os descendentes de italianos se fixaram na parte sul da área onde, mais tarde, seria constituído o município de Itueta. Já os descendentes de germânicos se instalaram na parte norte, aproximadamente a 30 quilômetros de distância do núcleo italiano. Cada grupo trouxe consigo as práticas de uso e ocupação do solo, valores e costumes, manifestações culturais e religiosas, herdadas dos seus antecedentes e que remetiam à vida que estes levavam na Europa. Com o desejo de estabelecer em solo mineiro, tais descendentes tentaram recriar uma nova Itália, uma nova Alemanha e uma nova Pomerânia, em condições melhores a que seus familiares possuíam na terra natal.

O núcleo que deu origem à cidade de Itueta se formou mais tarde, em meados da década de 1920. Em 1926 chegaram algumas famílias vindas da Zona da Mata Mineira, interessadas em desenvolver atividades agropecuárias e na exploração de madeiras de lei. O capitão do grupo, coronel Osório Barbosa de Castro e Silva, adquiriu uma propriedade de 200 alqueires de terra, onde construiu a “Fazenda Barra dos Quatis”, junto à Estrada de Ferro Vitória a Minas, à margem do Rio Doce e entre os dois núcleos formados anteriormente. Nesse mesmo ano, o coronel acertou a vinda de operários e colonos para trabalhar na construção da sede da fazenda e na construção de casas e pontos comerciais ao redor. Com a formação do povoado, chegaram outras famílias.

A posição geográfica desse núcleo favoreceu seu desenvolvimento e, em função disso, em 1938, elevou-se à categoria de distrito de Resplendor,

da terra deveriam disseminar o uso da língua portuguesa e os imigrantes disseminariam o “refinado” comportamento europeu.

Minas Gerais, denominando-se distrito de Ituêta. Dez anos depois ocorreu a emancipação política e o distrito se tornou a sede do município.

A construção da Estação Ferroviária, em 1927, promoveu a integração dos diversos núcleos, já que os descendentes de italianos e de germânicos se convergiam para Itueta para escoarem seus produtos agropecuários na parada do trem. Dessa forma, foi se destacando o desenvolvimento social, econômico e cultural do núcleo de Itueta. Os brasileiros provenientes da Zona da Mata Mineira e os descendentes de imigrantes europeus, que se fixaram na cidade, partilharam o local e aspectos das diversas culturas em suas vidas cotidianas. Itueta construiu sua identidade cultural⁵ “assim, marcada pela diferença” (WOODWARD, 2006, p. 9). Entretanto, os núcleos de descendentes, mantidos em isolado, preservaram mais as culturas europeias do século XIX, trazidas por seus familiares.

Na cidade, ocorriam festas comunitárias⁶ praticamente em todos os meses do ano, fortalecendo os laços de sociabilidade dos habitantes e forjando a identidade cultural do local. Itueta conviveu com um grande dinamismo socioeconômico e cultural até meados da década de 1960, quando ocorre o esgotamento da madeira. Com a retração e estagnação da economia local, levas de moradores migraram para o Norte do País, em busca de um novo “Eldorado”, registrando perdas populacionais significativas para Itueta. Nesse contexto, a cidade também deixou de ser o polo de atração dos distritos do município, devido à abertura de estradas, ligando-os aos municípios vizinhos.

No final da década de 1990, Itueta foi palco de inúmeros movimentos para sua realocação, em função da construção da UHE Aimorés. A população recebeu com descrença a notícia do deslocamento da cidade, pois durante cerca de quarenta anos conviveu com especulações sobre a construção de barragens no local, devido às condições favoráveis do ambiente natural, mas

⁵ De acordo com a autora podemos dizer que esta identidade é relacional. A identidade brasileira depende, para existir, de outra identidade (manifestada pelos descendentes de imigrantes), que difere da identidade brasileira, mas que, entretanto, fornece condições para que ela exista, e vice-versa. Por isso consideramos que a identidade cultural de Itueta é marcada pela diferença.

⁶ De acordo com os relatos, as festas contribuíam para tornar a rede social mais coesa, apesar das diferenças de nacionalidade e cultura, e imprimiam no cotidiano dos moradores a “sensação de proximidade e, portanto, de interesses comuns” (TONNIES, 1947).

tal projeto nunca avançava. No entanto, em poucos dias, esse descrédito inicial deu espaço ao sentimento de angústia, pois a população foi percebendo que, dessa vez, o empreendimento seria concretizado e o êxodo da cidade seria inevitável. No ano de 2000 aconteceram as primeiras audiências públicas envolvendo os moradores de Itueta, representantes do Consórcio hidrelétrico e técnicos de órgãos reguladores, para a discussão do empreendimento e seus desdobramentos. A Licença Prévia foi concedida pelo Ibama⁷ em julho (LP 075/2000) e a Licença de Instalação foi emitida em fevereiro de 2001 (LI 117/2001), possibilitando o início das obras em maio do mesmo ano⁸.

Diante desse cenário, a população reativou a Associação de Moradores de Itueta (AMI) para negociar a realocação da cidade e o recebimento das indenizações a que os habitantes teriam direito, de modo que pudessem retomar suas vidas na ‘nova’ Itueta, que estava sendo edificada pelos empreendedores, na outra margem da BR-259, aproximadamente a sete quilômetros de distância. O processo foi finalizado em 2005, com a demolição da Itueta ‘velha’, o assentamento da população na ‘nova’ Itueta e o início da geração comercial de energia pela UHE Aimorés⁹.

A seguir analisaremos as representações e significados dessa realocação, a partir dos relatos de memórias dos moradores sobre o processo.

2 A realocação na memória

⁷ “O processo de licenciamento ambiental da Usina de Aimorés teve início na Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), mas o licenciamento foi repassado para o órgão ambiental federal (IBAMA), pois a área de influência do empreendimento atinge os municípios mineiros de Aimorés, Itueta e Resplendor e o município capixaba de Baixo Guandu. Em 28 de agosto de 1998 foi protocolado no IBAMA-DF o Estudo de Impacto Ambiental (EIA)” (UHE Aimorés, 2015).

⁸ O licenciamento ambiental possui três etapas distintas: a) Licença Prévia (LP): Licença solicitada na fase de planejamento do empreendimento. Aprova a viabilidade ambiental do empreendimento, não autorizando o início da sua obra; b) Licença de Instalação (LI): Licença que aprova os projetos e autoriza o início da obra ou instalação do empreendimento. É concedida depois de atendidas as condições da LP; c) Licença de Operação (LO): Licença que autoriza o início das atividades do empreendimento, concedida depois de atendidas as condições da LP e da LI (IBAMA, 2015).

⁹ A LO que possibilitou o teste das máquinas foi emitida em abril de 2005. Em julho teve início a operação da usina, com uma turbina, gerando 40 MW. Em dezembro se deu a emissão da LO 512/2005, licença definitiva, possibilitando a operação com o uso de três turbinas, em fevereiro de 2006, produzindo 330 MW (UHE Aimorés, 2015).

O processo de deslocamento da 'velha' à 'nova' Itueta se deu em ritmo frenético, conforme relatam diversos moradores. Enquanto a nova cidade começava a ser preparada, na cidade antiga os moradores ainda negociavam a construção de suas casas e as indenizações a que teriam direito. Sobre a negociação com o Consórcio, as narrativas deixam claro que os indivíduos não tiveram prejuízos financeiros. Aos moradores foram dadas as seguintes opções: vender a casa; trocar a casa da cidade velha por outra na cidade nova (casa padrão); ou trocar a casa por um lote na 'nova' Itueta e receber a diferença em dinheiro para executar um projeto próprio de residência.

Além disso, a AMI também garantiu junto ao Consórcio que 136 famílias da cidade, consideradas de baixa renda e que não possuíam casa própria, fossem contempladas com uma casa social de uma sala, dois quartos, cozinha e banheiro, de 37 metros quadrados, edificadas em lotes de 250 metros quadrados na 'nova' Itueta.

Ainda sobre as negociações, dona Rute Cremasco¹⁰, que era presidente da AMI nesse contexto, destaca que a associação também se ocupou de negociar interesses coletivos, como a infraestrutura urbana e a construção de espaços públicos de convívio social na nova cidade. A proposta da criação de uma rodoviária, mercado municipal e centro comercial iam ao encontro do projeto de recuperação do desenvolvimento econômico de Itueta, expectativa gerada com a realocação e que, de certa forma, ajudaria a minimizar o trauma gerado pela mudança indesejada.

Conforme os relatos, em determinado momento desse período, o protagonismo da AMI foi transferido para o padre e o prefeito da cidade, o que, na opinião dos sujeitos, contribuiu para fazer o projeto empreendedor avançar em sua execução. O prefeito foi provocado pelo Consórcio a assumir o papel da gestão do município, sob o argumento de que a associação estava exercendo liderança política superior à do chefe do município. Já o padre é responsabilizado por ter decidido sozinho pela destruição da Igreja, sem qualquer consulta a seus fiéis. A Igreja, pelo papel simbólico que representa,

¹⁰ São utilizados os nomes reais dos sujeitos, que deram consentimento para tal procedimento, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

mantinha os moradores unidos e, assim, resistentes aos embates do processo. Sua destruição arbitrária, nas palavras de um dos atores, “foi um golpe mortal”.

Dessa maneira, o Consórcio se tornou soberano no processo e acabou eliminando a possibilidade de estabelecer suas relações de poder com a comunidade, elegendo para tanto as distintas representações do poder local, consideradas pelos moradores como um escudo capaz de resguardar os interesses de todos. Por outro lado, não restou a esses representantes qualquer alternativa senão a responsabilidade da negociação, sob a pena de sofrer os efeitos da soberania absoluta do Consórcio sobre todo o processo. Não cabe aqui, portanto, levantar culpados, mas compreender o tabuleiro das relações de poder cujo centro irradiador passa a ser, em função da soberania exercida, o próprio Consórcio.

Outra ação que contribuiu para desarticular os moradores foi o início da transferência da população para a ‘nova Itueta’, ainda em construção, a partir das famílias que receberiam a casa social:

Eles primeiro vieram aqui [‘nova’ Itueta] e construíram as 136 casas que seriam doadas e chegou um momento, porque aqui [Itueta ‘velha’] ainda tinha mais da metade das famílias negociando e aí eles chegaram e falaram ‘nós precisamos mudar a estrada de ferro, vamos acelerar esse processo e vamos iniciar a mudança’. E a associação de moradores disse ‘não, só vamos mudar depois que estiver tudo negociado, depois que estiver todo mundo pronto para mudar’. Eles forçaram a barra. Aí entrou o poder econômico, o poder político, aí houve um trauma, realmente. O quê que eles fizeram? Eles terminaram a construção das casas sociais, criaram aqui um ou dois ou três comércios pequenos, aqui, e foram nessas 136 famílias e falaram ‘ou você muda agora ou você vai perder o seu direito’. Não iam perder porque era contrato. ‘Não, muda agora que nós vamos te dar 6 meses de luz grátis, 6 meses de’ e essas pessoas pagando aluguel lá. Rapaz, virou uma avalanche, ninguém segurou. [...] Acabou a união, transferiram (Evaristo Castro, 62 anos).

Conforme os relatos explicitam, no acordo firmado entre a AMI e o Consórcio da UHE Aimorés, a demolição da antiga cidade só aconteceria depois da realocação da sede, o que não se cumpriu. Os moradores foram transferidos para uma cidade ainda inacabada e a destruição da cidade velha começou enquanto muitos ainda estavam negociando sua mudança, o que atropelou todo o processo e obrigou a população a se dividir entre dois canteiros de obras: um, na cidade antiga, e outro, na nova cidade:

Transformaram a nossa cidade num verdadeiro canteiro de obras que causava risco à nossas crianças: poeira demais, uma poluição total. E começaram a trazer o povo para aqui [‘nova’ Itueta] também antes da hora, a cidade aqui não estava pronta. Então ficou aquele tumulto muito grande para os moradores e nós ficamos em dois canteiros de obras enormes: de lá e aqui. [...] Os empreendedores não tinham... eram uma máquina de fazer lucro que não tinha coração (Paulo Venturim, 67 anos).

Os católicos que permaneceram continuaram realizando suas atividades religiosas no espaço da Igreja Luterana, cedido para tal finalidade. Embora tivessem esse lugar para se reunir, a derrubada da Igreja Católica desestimulou os católicos na participação das atividades da Igreja e nos movimentos de resistência, o que também contribuiu para acelerar a mudança para a nova cidade:

Para te dar uma ideia, o povo católico que ainda permanecia aí tinha uma Igreja Luterana que estava preservada, eles cederam para que os católicos pudessem se reunir ali e fazer o culto. Isso quase destruiu a Igreja Católica nossa, porque o povo ficou revoltado. [...] Mas, enfim, não teve jeito, uns três, quatro meses depois que isso aconteceu todos os demais aqui foram forçados a negociar às pressas e cair fora, porque eles estavam passando a máquina por cima. Viemos então no final de 2004 (Evaristo Castro, 62 anos).

Assim, sem a força do conjunto, os interesses particulares minaram a percepção comunitária que identificava a todos. Da mesma forma, transformou rapidamente as relações expressas no espaço. De uma hora para outra, bastava acertar o acordo e as máquinas rapidamente demoliam as casas, apagando as conexões das redes sociais, reconfigurando proximidades e distâncias, desarticulando o território.

Para Laís, jovem de 19 anos, uma manifestação emblemática no processo de realocação da cidade se deu na Escola Estadual Américo Vespúcio, palco onde os mais jovens da Itueta ‘velha’ se colocaram como atores, registrando suas representações sobre o processo. Ao escrever suas tristezas, revoltas, angústias e incertezas quanto ao futuro nas paredes da escola, a juventude mostrou também sua relação dramática com as perdas de referência e identidade, assim como os moradores mais velhos em relação à

Igreja. São as marcas de um processo que desconsiderou os sentidos humanos do território.

Outro ponto que merece destaque se refere à destruição da Estação de Itueta. A cidade também era conhecida pelos doces produzidos a partir de técnicas artesanais, vendidos durante as paradas do trem, que se consolidou como importante fonte de renda para inúmeras famílias. A destruição da estação pôs fim a uma prática de longa data que desarticulou economicamente as famílias envolvidas nessa atividade. Para além da desarticulação econômica, houve ainda a desarticulação social, considerando que os sujeitos envolvidos em tal prática organizavam suas vidas em função dela. Como podemos identificar no depoimento concedido pela dona Maria da Penha Gomes, que trabalhava como doceira na 'velha' Itueta:

O trem parava um pouquinho, negócio de dois, três minutos. A gente entregava tudo. Uma pessoa só comprava dez, comprava quinze, era só a conta de você colocar na sacola, entendeu. A gente pulava bonito, corria cá, corria lá, entregava, outros pegavam tudo de uma vez, um dia a gente tomava cano, outro não [risos]. Mas era gostoso demais, viu? Meus 'trem' que eu tinha dentro da minha casa foi tudo comprado com dinheiro de doce, lá em baixo. Tudo, tudo, comprava a prestação pequenininha, para não apertar, aí eu sabia que no final do mês eu tinha aquele dinheiro para pagar. [...] Mudou para cá acabou tudo (Maria da Penha, 62 anos).

A mudança para uma cidade ainda inacabada, da forma como tudo aconteceu, aliada à percepção da não concretização do idealizado projeto de desenvolvimento econômico, têm dificultado sobremaneira o processo de fixação dos moradores no novo espaço, que ainda não se configurou em território. Para os moradores da 'nova' Itueta, a velha cidade ainda constitui seu real território, que embora destruído fisicamente, permanece como território simbólico nos corações e mentes de todos eles:

Ah, parece que a cidade está toda em minha mente. Eu sei cada lugarzinho, parece que eu estou andando na cidade mesmo, sabe? Vai me voltando a lembrança, daí a gente fica lembrando. [...] É vontade de viver uma coisa que não tem como viver mais (Estéfane Freire, 20 anos).

No lugar da antiga cidade de Itueta, território articulado e desarticulado em menos de um século, observamos que foi feito um trabalho de apagamento

de quaisquer traços que pudessem ligar as pessoas ao lugar. As máquinas derrubaram as construções, removeram a terra e retiraram os entulhos, apagando do território físico qualquer marca que remetesse à Itueta. Durante algum tempo, alguns entulhos, como a parte de um banco da praça (Fig.1) e pedaços de muros, levavam os antigos moradores a identificarem lugares privados e coletivos que fizeram parte de seus cotidianos. Contudo, o crescimento da vegetação dificulta, atualmente, o reconhecimento desses lugares. O local onde era a entrada da cidade possui uma placa (Fig. 2) indicando que a área agora é propriedade da UHE Aimorés. No entanto, os que ainda buscam o local para enfrentar a dor da perda do território, encontram nas árvores poupadas da devastação as referências do território onde viveram.

Bom, aí como nós íamos perder tudo eu pensei 'já que nós não registramos, de um modo geral, a cidade, algumas coisas só, eu vou registrar pelo menos a nossa casa'. Aí comecei a fotografar aqui, ali, e o fundo do nosso quintal [...], onde a gente se reunia em família [...], eu resolvi registrar, num pé de manga. Porque aí, pé de manga, se não fosse muito perto de onde ia ser a ferrovia, eles não iam arrancar [...]. Plantei um pé de cipó no pé de manga, sabe? E amarrei um arame farpado. [...] Aí deixamos lá registrado. (Rosa Venturim, 65 anos).



Fig. 1: Banco que restou da Praça, 2011
Fonte: Arquivo Neder



Fig. 2: Área da antiga cidade de Itueta, 2011
Fonte: Pesquisa de campo

Conclusão

Localizada em Minas Gerais, Itueta é uma cidade que se desenvolveu ao longo do século XX, configurando-se como território. A chegada da UHE

Aimorés, no final dos anos de 1990, provocou a realocação total da cidade, de modo compulsório. Uma ‘nova’ Itueta foi construída para abrigar os habitantes e a ‘velha’ Itueta foi demolida, gerando impactos diversos sobre a população local.

Analisando os relatos de memórias dos moradores sobre o processo de realocação, percebemos que a destruição física da ‘velha’ Itueta não foi capaz de apagar os significados e representações do território para aqueles que lá viveram. Mesmo não existindo mais no plano físico, a antiga cidade ainda permanece viva nas memórias dos moradores, como um território simbólico que se reconstrói a cada vez que sua história é contada.

Embora o território simbólico esteja presente nas memórias, essa presença traz fissuras. Muitas práticas que marcavam o cotidiano das pessoas na velha cidade foram dizimadas com a realocação. A destruição do território físico de Itueta rompeu atividades econômicas e socioculturais, provocando uma reconfiguração dos modos de vida. Os relatos evidenciam que a realocação reconfigurou os modos de organização social da população, rompendo os laços de sociabilidade existentes, distanciando os moradores e gerando o sentimento de não pertencimento ao “novo” território. Podemos considerar que esse é o maior impacto social da realocação de Itueta, pois, quando “[...] o espaço se transforma, e as referências espaciais se perdem na dinâmica incessante do tempo, os homens perdem seus elos, sua base identitária e a substância de sua história” (DELGADO, 2005, p. 14).

Referências

BASSANEZI, Maria. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, Neide (Org.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do Território. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto (Org.). **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

DELGADO, Lucília. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidade. **História Oral**, 6, 2005. p 9-25.

FRANÇA, Jussara. Quadro Geral da Imigração e Colonização no Brasil. In: REZENDE, Marcos; ÁLVARES, Ricardo. **Era tudo mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009. p. 62-72.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, vol. 1, n. 2, p. 39-52.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Processo de licenciamento ambiental**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/licenciamento-ambiental/processo-de-licenciamento>>. Acesso em 15 ago. 2015.

OBSERVATÓRIO SÓCIO-AMBIENTAL DE BARRAGENS (ETERN/IPPUR/UFRJ). **Informações técnicas sobre a UHE Aimorés**. Disponível em <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/4/aimoris-eliezer-batista>>. Acesso em 19 ago. 2015.

SANTOS, Thiago. **Itueta: da articulação à desarticulação de um território (1926-2005)**. Governador Valadares, 2013. 71 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Universidade Vale do Rio Doce, 2013.

TONNIES, Ferdinand. **Princípios de Sociologia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1942.

TRENTO, Ângelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

USINA HIDRELÉTRICA DE AIMORÉS. História da usina. **UHE Aimorés**. Disponível em: <<http://www.uheaimores.com.br/usina/historia.html>>. Acesso em 15 ago. 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz (Org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 07-72.